Introdução

Mireya Suarez
Klaas A. A. W. Woortmann
Mariza V. Motta
Ellen F. Woortmann

O presente trabalho é o produto de um seminário levado a efeito pelos autores, durante o segundo semestre de 1981. Pretendia-se, na ocasião, discutir as condições de reprodução do campesinato em geral e as tendências de reprodução ou dissolução das formações camponesas estudadas no Nordeste e no Brasil Central. Essas pesquisas, embora conduzidas de forma independente, possibilitaram uma rica perspectiva comparativa. Três delas focalizaram a produção camponesa no bojo de um processo de expansão pecuarista que, dependendo, num primeiro momento, do próprio processo de trabalho camponês, passa, num segundo momento, a ameaçar a própria reprodução do campesinato. A quarta pesquisa centra-se na desagregação da produção camponesa dentro do processo de deslocamento de populações sulistas e de seu assentamento em Mato Grosso através da colonização privada.

Ainda que naquele seminário fosse discutida a reprodução e a dissolução do campesinato como processos multideterminados, o mesmo seminário, ou os resultados dos trabalhos de campo em que se baseou, destacou a questão do processo de trabalho e do saber que o informa, como dimensão fundamental da reprodução, não só da produção, mas também do sistema social camponês. O campesinato desenvolve um conhecimento, ou saber, que lhe é próprio, o que nos leva a propor que sua reprodução depende desse saber tanto quanto das relações de produção em que se insere; e que a reprodução dessas relações de produção depende da

operacionalização do saber que rege o processo de trabalho, ao mesmo tempo que são, elas mesmas, condição para essa operacionalização. Em outras palavras, se não existe processo de trabalho independentemente de relações sociais de produção, tampouco podem existir relações de produção sem que haja um processo de trabalho; e este último só pode se atualizar a partir do modelo cognitivo pelo qual se apreende o real, isto é, os "objetos" da natureza e as relações entre tais "objetos". [1]

O problema da reprodução camponesa vem sendo objeto de muitas pesquisas, utilizando diversas aproximações explicativas, que poderiam ser agrupadas em duas categorias gerais de abordagem. De um lado, aquela que privilegia os condicionantes externos da reprodução — notadamente a lógica do capital. Trata-se da abordagem da reprodução subordinada, que procura identificar as articulações da produção camponesa com o modo de produção capitalista, isto é, a "subordinação indireta" ao capital. De outro lado, temos uma abordagem que, mesmo sendo complementar àquela, dela difere na medida em que focaliza a lógica interna da produção camponesa, privilegiando o cálculo econômico e social sobre o qual são construídas estratégias de reprodução.

A primeira abordagem coloca em evidência as determinações mais gerais da reprodução camponesa e o caráter subordinado de sua produção — e, mais do que isso, que a reprodução depende da subordinação. Não obstante, tende a perceber o campesinato como uma espécie de massa de manobra do capital, minimizando, ou simplesmente ignorando a existência de uma lógica reprodutiva interna ao campesinato, assim como uma ação camponesa de defesa contra pressões externas.

A segunda abordagem, ao contrário, privilegia essa lógica, percebendo o camponês como agente ativo de sua reprodução e capaz de manipular o próprio sistema que o subordina. Ambas as abordagens, no entanto, não deixam espaço para uma dimensão que nos parece fundamental: o processo de trabalho e o modelo cognitivo que informa a prática produtiva, sem os quais não poderia haver economia camponesa — ou qualquer outra economia.

---

1 A noção de "objetos" em relação é aqui tomada tal como definida por Godelier (s.d.) em sua noção de estrutura, com a ressalva de que, tratando-se de modelos cognitivos, trata-se de estruturas percebidas. Melhor dizendo, da percepção da natureza como sistema.

A importância de tomar em consideração esse conhecimento nos foi revelada pelo próprio trabalho de campo já que, mais que produtores de ideologias, procuramos ver os camponeses como produtores de alimentos — pois, afinal, é como tal que eles sobrevivem; mais que produtores de mercadorias, procuramos vê-los como produtores de bens de uso, eventualmente (ou mesmo necessariamente) tornados mercadorias. É evidente que o campesinato só se reproduz enquanto produtor de mercadorias; por isso mesmo, sua reprodução é subordinada. Não é menos evidente, porém, que a produção de mercadorias é precedida, logicamente, pela produção de bens. Para produzir uma mercadoria, ele tem antes que saber como se produz milho, feijão ou mandioca. A relação com o mercado ou a articulação "funcional" com o capital é precedida pela produção, isto é, pela transformação da natureza em bens, e esta última implica, necessariamente, um saber que informe o processo de trabalho. As pesquisas em que se basearam nossas discussões, assim como outras, indicam que a produção camponesa é reproduzida pelo capital, enquanto o processo de trabalho camponês lhe é útil.

A etnografia e a etnologia das sociedades primitivas têm destacado e enfatizado a presença de um saber próprio, um saber que, embora informando práticas específicas, não se confunde com uma razão prática. Pelo contrário, aproxima-se mais de um modelo cognitivo "holístico", um modelo de ordenação do mundo, e portanto, da natureza. Nos parece que o mesmo pode ser dito com relação ao saber camponês, mas, se o conhecimento se constitui em objeto privilegiado da etnografia e etnologia indígenas, não ocorre a mesma coisa nos estudos sobre o campesinato. Com exceção de algumas abordagens ecológicas, pouca ou nenhuma atenção tem sido dada ao saber camponês como *sistema*. Ou ele é apresentado como uma prática fragmentada, ou é implicitamente negado como conhecimento *autônomo*, [2] ou é considerado como um saber degenerado que de alguma maneira sobreviveu a uma civilização que se transformou. É

---

2 Ressalte-se que por autônomo não estamos querendo dizer autóctone, o que seria absurdo. Nem tampouco que se trate de um conhecimento que independe de relações sociais, pois nenhum conhecimento existe independentemente de relações sociais históricas. O que queremos dizer é que se trata de um modelo cognitivo integrado; de um "know-how" baseado numa teoria cujos supostos são dominados pelo camponês; e de um saber que se distingue em suas premissas e em suas categorias da ciência "ocidental".

este, por exemplo, o ponto de vista que considera a medicina "popular" vigente em grupos camponeses da América Latina como uma sobrevivência empobrecida da "grande tradição" hipocrática. Alternativamente, ao invés de um saber camponês, fala-se de uma rotina camponesa, em oposição à inovação que seria característica da civilização ocidental, como o faz, por exemplo, Mendras (1978:201). Nega-se, de um lado, a capacidade de inovação do campesinato, sufocado pela tradição e postula-se, implicitamente, que qualquer mudança é o resultado de fatores externos.

É claro que o campesinato é sujeito a pressões externas — notadamente aquelas que advêm da expansão do capitalismo — e que muito da dinâmica de seu processo de trabalho e de sua organização da produção constitui uma resposta a tais pressões. Sabemos também que o processo de "modernização" implica na aquisição por parte do campesinato de um outro saber. Mas nos parece claro que o campesinato é também portador de um saber próprio, saber esse que não apenas orienta a prática "rotineira", mas que contém elementos capazes de neutralizar pressões externas dissolutivas, de incorporar a inovação e de se atualizar face à mudança. Pois, não se trata de um saber fragmentado, mas de uma *matriz de conhecimento* e de um *sistema* cognitivo capaz de redefinir em seus próprios termos tais inovações — mas só até certo ponto.

Parece-nos que o estudo do saber camponês como sistema autônomo e dinâmico (assim como dos processos lógicos e sociais pelo qual se transmite, e dos limites de sua reprodução) abre um caminho de pesquisa que tem uma dupla importância. Permite, por um lado, a apreensão das populações agrárias enquanto produtoras de categorias básicas de apreensão do real; de outro, contribui, na medida em que incide sobre o fundamento do processo de trabalho, para o entendimento dos processos reprodutivos-dissolutivos sob um outro ângulo antropológico.

Uma das poucas abordagens antropológicas que tem privilegiado o saber autônomo foi o da Antropologia Médica, ao analisar os sistemas tradicionais de cuidados com a saúde e as categorias cognitivas pelas quais se construiu uma teoria do corpo humano (cf. Ibañez-Novión et alii, 1978), do alimento, da saúde e da doença. Uma abordagem que indica não só a autonomia desse conhecimento face à medicina "científica", mas também sua dinâmica, quando detecta a existência de especialistas, de "experimentalistas" e de "pes-

quisadores" no campo da medicina "tradicional".[3] Porque não estender essa abordagem ao saber que informa a prática agrícola?

Se o saber camponês informa o processo de trabalho, poder-se-ia propor a noção de uma tecnologia camponesa. Tecnologia, porém, parece denotar um campo de conhecimento aplicado ao trabalho e distinto do conhecimento básico. Seria preferível, ao tratar do campesinato, referir-se a uma matriz que informa a apreensão e classificação do real como um todo: a terra, as plantas, os alimentos, o corpo humano, as doenças. Ao que parece, práticas agrícolas e práticas médicas são informadas pela mesma matriz e, o que não é menos importante, de forma não segmentada por "grupos ocupacionais" distintos. Estaríamos, possivelmente, mais próximos a uma cosmovisão que integra a produção agrícola na totalidade do real.

Qualquer produção supõe uma articulação entre relações sociais e forças produtivas. Vale dizer, relações dos homens entre si e relações com a natureza, mediadas estas últimas pelos instrumentos de trabalho e pelo conhecimento dessa natureza. Esta freqüentemente tem de ser não apenas apropriada mas verdadeiramente reconstruída, tal como quando o agricultor tem de construir sua "terra de trabalho". E aqui podemos usar essa expressão em sentido duplo: a terra na qual se realiza o trabalho e que resulta ela mesma do trabalho, pois não se age sobre uma natureza "dada", mas sobre uma natureza "trabalhada". O estudo das forças produtivas conduz necessariamente à observação da apropriação cognitiva da natureza que orienta o processo de trabalho.

É o que ressalta Godelier, ao propor um modelo para a análise das estruturas de produção:

"... produzir é combinar, segundo certas regras técnicas, recursos, equipamento e homens para obter um produto utilizável socialmente ... As matérias-primas dependem do estágio tecnológico do equipamento e do *'know-how' que as torna exploráveis*. Reciprocamente, o instrumental e o *'know-how'* exprimem a adaptação a um certo tipo de recursos exploráveis. Não há, portanto, recursos em si, mas possibilidades de

---

3 Essa medicina "tradicional" não é, contudo, especificamente camponesa, pois o modelo é partilhado por outros segmentos das sociedades rurais e mesmo por segmentos urbanos. O que se ressalta aqui é a atitude do pesquisador frente a um modelo de conhecimento.

recursos oferecidas pela natureza no quadro de uma dada sociedade num determinado ponto de sua evolução.

Toda exploração de recursos supõe, portanto, um certo conhecimento das propriedades dos 'objetos' e de suas relações essenciais em certas 'condições', e a aplicação de um 'know-how' que utiliza essas condições para produzir um resultado esperado... As técnicas de caça, por exemplo, implicam um conhecimento minucioso dos costumes dos animais caçados, de suas relações com a flora e a fauna de seu meio, enfim, uma 'ciência do concreto' que se enquadra mal na mentalidade 'pré-lógica' que se atribuía, ainda recentemente, aos caçadores primitivos" (Cf. Godelier, s.d.:328).

Nossa proposta é justamente a análise dos sistemas de conhecimento que transformam possibilidades de recursos em recursos, no quadro das relações sociais que "contêm" tais sistemas e cuja dinâmica determina suas transformações. Na medida em que a pesquisa privilegia o campo do saber, estará contribuindo para o entendimento antropológico da reprodução camponesa, seja avaliando as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas — das quais o "know-how" referido por Godelier é um componente — e a medida em que o campesinato é capaz de aumentar o aproveitamento de recursos (mantendo-se camponês),[4] seja estudando a capacidade de resposta do conhecimento camponês a pressões externas nos termos de uma lógica de produção-reprodução camponesa. Saberíamos então até que ponto e como esse conhecimento se constitui em condição de reprodução da economia camponesa.

É possível que este saber "holístico" constitua uma limitação à capacidade de aumentar o aproveitamento de recursos. É possível que uma elevação substancial do nível das forças produtivas dependa da adoção de outro modelo de conhecimento e de outras condições técnicas de reprodução. Sendo a produção camponesa uma produção de pequena escala, sua relação com a natureza, ainda que por definição transformadora, parece aproximar-se mais de uma adapta-

---

4 Esta ressalva supõe uma coerência entre uma matriz cognitiva e uma lógica tipicamente camponesa. Estamos utilizando aqui uma conceituação mais restrita de campesinato do que aquela que engloba virtualmente toda e qualquer forma de produção familiar. O processo de "farmerização" da produção familiar implica um aumento no aproveitamento de recursos, mas implica também um decréscimo, ou mesmo uma perda, de autonomia no processo cognitivo e, com isso, uma "descampesinisação". Simultaneamente, ocorre uma alteração na lógica da produção-reprodução.

ção simbiótica que de uma modificação radical do meio-ambiente. Enquanto a produção "moderna" "corrige" a natureza (pois não opera ela com uma tecnologia química destinada a "corrigir" o solo?) para adaptá-la à produção de uma mercadoria, o camponês cultiva espécies ou variedades adaptadas ao ambiente.

A reprodução camponesa depende de múltiplas determinações. Subordinada ao capital numa formação onde este é hegemônico (quer considerado como "capital genérico", quer em suas concreções específicas — que podem se relacionar contraditoriamente com o campesinato, como ressalta Soares 1981), ela dependerá do papel que desempenha nessa formação face ao capital. Mas dependerá também das possibilidades de operação do saber camponês que informa o processo de trabalho autônomo, não obstante a subordinação econômica e política. A conservação dessa autonomia é o que tem permitido, desde o ângulo aqui privilegiado, a reprodução do campesinato como tal, mesmo quando "reinventado" ou "re-produzido" pelo capital.

É certo que o campesinato não se insere numa formação socio-econômica apenas como detentor de um conhecimento e realizador de um processo de trabalho, mas através de relações sociais que o subordinam e que modificam o próprio processo de trabalho. Paradoxalmente, como sugere Velho (1979), mantém-se subordinado socialmente enquanto persistirem condições dentro das quais seu saber possa informar, mesmo que modificando-o, o processo de trabalho. o rompimento desse saber eliminaria não só um "know-how" agrícola (tornando-o inútil) mas toda uma visão de mundo:

"... aquele que permanece camponês continua capaz de ler nas fases da lua, na cor das ervas, com uma sabedoria profunda e antiga, plena de detalhes e só equiparável ao saber dos sábios mais sábios. Ao longo desse processo lentíssimo, penosíssimo, os desenraizados vão sendo convertidos em homens tábua-rasa, deserdados de seu bem maior que é a inteligência de si mesmos, sua sabedoria do mundo" (Cf. Ribeiro, 1980:8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GODELIER, Maurice. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, s.d.

IBAÑEZ-NOVIÓN, Martin A. et alii. O Anatomista popular: um estudo de caso. *Anuário Antropológico/77*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
RIBEIRO, Darcy. Etnicidade, indigenato e campesinato. *Revista de Cultura Vozes, 23* (8) 1980.
SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato; ideologia e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel, 1979.